

O fim da solidariedade Como a obsessão com a política identitária, o tribalismo e a vitimização está atomizando a sociedade.

Robert Pfaller
OUTUBRO DE 2018

- No tocante à cultura, os políticos vêm exibindo um grau, de fato, bastante surpreendente de compreensão até mesmo sobre as menores preocupações ou as mais diminutas suscetibilidades, em especial quando estas são vividas por pessoas de etnias, religiões ou orientação sexual, ou seja, questões identitárias.
- Alguém que não tem mais para onde ir necessita, pelo menos, saber de onde veio; e alguém que perdeu toda a esperança de tornar-se algo interessante não tem outra escolha a não ser insistir em ser algo importante, precioso, vulnerável.
- Enquanto, por um lado, a política de identidade pós-moderna continuamente reduz as pessoas a seus marcadores históricos e de diversidade, ela também coopta a antiga máxima burguesa do Iluminismo de ‘combater o preconceito’, salientando o livre acesso de todos ao mercado no espírito da competição justa.



Ao mesmo tempo em que os sistemas políticos das sociedades ocidentais seguem ignorando descaradamente as necessidades básicas das populações que governam, esses sistemas também vêm demonstrando um crescente refinamento em sua apreciação das questões culturais. Com efeito, políticos de economias avançadas vêm trabalhando pela assim chamada ‘conscientização’ e estabelecendo arcabouços institucionais nesse sentido.

Isso significa que os políticos de todas as colações têm sido omissos em adotar quaisquer medidas em relação aos enormes cortes de salários reais sofridos pela metade inferior dos assalariados nas últimas décadas; e empurraram os desempregados e aqueles que não podem trabalhar a uma situação de insegurança atroz: na Alemanha, por exemplo, programas como o Hartz IV, de meados dos anos 2000, sob o então Chanceler alemão Schröder, cortaram os padrões de vida daqueles destituídos de trabalho. Atualmente, a coalizão de direita e extrema-direita que governa a Áustria está implantando algo semelhante.

O resultado disso é que, mesmo nos estratos mais altos das classes médias, cresce o sentimento de que a próxima geração não desfrutará de melhores condições do que a atual. Essa erosão do status econômico vai de mãos dadas com retrocessos na participação democrática, enquanto os acordos internacionais (e.g. o Tratado de Maastricht) criam fatos consumados que ficam fora do alcance de todos os pesos e contrapesos. Também em termos da política externa da UE, parcelas das populações dos países membros acabam ficando com o sentimento de que nunca vivenciaram qualquer forma de processo decisório democrático.

As políticas de identidade contribuem com o neoliberalismo

No tocante à cultura, entretanto, os políticos

vêm exibindo um grau, de fato, bastante surpreendente de compreensão sobre até mesmo as menores preocupações ou as mais diminutas suscetibilidades, em especial quando estas são vividas por pessoas de etnias, religiões ou orientação sexual, ou seja, questões identitárias. ‘Microagressões’ fazem parte do debate público, com as pessoas sendo orientadas a evitar palavras ou gestos que possam ofender (em geral bastante distantes do necessário para que alguém se ofendesse), enquanto há considerações bastante sérias acerca do número de gêneros existentes. De forma bastante sucinta: está faltando alguma porta de banheiro ou temos portas demais?

Essa forma de política de identidade pós-moderna não deve, contudo, ser entendida como compensação pelo avanço da economia neoliberal e da desigualdade a ela inerente, e, sim, como contribuição ativa àquela. A essa combinação a filósofa Nancy Fraser deu o nome de ‘neoliberalismo progressista’: questões de identidade pós-modernas são, segundo sua teoria, a agenda cultural do neoliberalismo.

Essa é uma teoria que pode ser sustentada com pelo menos dois fortes argumentos. Primeiro, a intensificação das preocupações dos indivíduos com suas identidades resulta em uma atomização generalizada e distrai a atenção de pessoas isoladas que carecem de solidariedade das questões centrais. Aqueles indivíduos que pensam em excesso sobre suas próprias identidades entram em competição por vitimização, tentando superar uns aos outros em aplicando ‘interseccionalidade’; isso os torna cada vez menos capazes de reconhecer interesses mais prementes que se apresentam e de unir forças com outros grupos identitários para perseguir esses interesses.

Isso é precisamente o que desacredita um dos princípios fundamentais de uma cidadania emancipada: toda a conversa cheia de



ódio de “homens velhos, brancos e heterossexuais” é, com efeito, um ataque a todo o programa político e ético do universalismo *burguês*. Sim, *burguês*, porque a classe média estabelecida foi a primeira na história a não se ver como um caso especial, mas como uma classe de que todos podiam participar. Posteriormente, a classe trabalhadora viria a seguir essa linha de pensamento. Como tal, a classe média viu sua emancipação como não sendo apenas sua, mas como um modelo para a sociedade como um todo.

Seus dois projetos centrais foram o estabelecimento de um estado de direito aplicável a todos, a despeito da identidade do indivíduo, e um tom civilizado na vida pública. Ter deslocado a questão da ‘identidade’ pessoal para um plano secundário é, portanto, um dos sucessos da *burguesia*— e o objetivo último de cada movimento por emancipação. Assim sendo, atacar o princípio de que todos são iguais perante a lei e passar por cima da interação civilizada em nome da política de identidade implica em ser parte do cinzel que o neoliberalismo está usando para talhar a sociedade e fazê-la voltar a um estado feudal e tribal.

E precisamente no mesmo grau em que o neoliberalismo roubou as pessoas da perspectiva de um futuro melhor, a propaganda do movimento da política de identidade avançou e desviou a atenção voltada para o futuro de volta para o passado: afinal, alguém que não tem mais para onde ir necessita, pelo menos, saber de onde veio; e alguém que perdeu toda a esperança de *tornar-se* algo interessante não tem outra escolha a não ser insistir em *ser* algo importante, precioso, vulnerável.

O sofrimento das classes médias baixas

A segunda linha de argumentação sustenta que

o neoliberalismo arrancou o centro das sociedades dos países ocidentais ricos. Falamos sobre as classes médias baixas que, nos anos keynesianos das décadas do imediato pós-guerra, avançaram em direção a uma modesta prosperidade e a um maior status social. Esses grupos demográficos vêm sofrendo perdas tremendas tanto em termos de salário real quanto em prestígio social, a perda daquele decorrendo de uma redistribuição econômica e deste último, de uma redistribuição cultural.

Antes, os movimentos intelectuais emancipatórios como o neomarxismo, o feminismo e o antirracismo moveram-se para a esfera cultural, transformando-se em áreas mais fluidas de pesquisa como a desconstrução, a teoria de gênero e os estudos pós-coloniais. Isso os levou a perder relevância para a sociedade de modo geral à medida que ganhavam sofisticação, complexidade e, mais importante, distinção. Todas essas questões derivadas do sofrimento dos explorados podem ser usadas hoje para mostrar distinção social. Em suma, a política de identidade redistribuiu as mazelas sociais e seu reconhecimento e as fez ascender escala social acima até as elites.

Certamente, um fator decisivo para essa evolução foi que, a partir dos anos 1980, os partidos de centro-esquerda na Europa e em outras partes do mundo passam a ser cada vez mais indistinguíveis de seus oponentes conservadores e neoliberais. Uma única diferença remanescente tem, portanto, que ser destacada no campo da cultura. Falando em termos marxistas, a crescente inclinação cultural da política de esquerda levou a uma situação em que os problemas de base econômica hoje são enfrentados apenas em superestruturas ideológicas. Está claramente errado pensar que isso seja um substituto efetivo. Para colocar a questão em termos simples, enquanto nos anos 1970 expandir o estado de bem-estar



social, por exemplo, era considerado um pré-requisito necessário à emancipação feminista, durante os programas de austeridade que o cortaram nos anos 1980, as mulheres eram enganadas com discussões acerca do uso de *her-story* e não de *history* [em referência aos pronomes possessivos feminino, *her*, e masculino, *his*] ou se *chairwoman* ou *chairperson* foi a melhor maneira de lidar com o problema da ‘mulher presidente’.

A esquerda cultural é elitista

Desse ponto de vista, o ódio sentido nos bairros operários em ruínas de muitas cidades pequenas e grandes torna-se um pouco mais fácil de compreender. Não sem justificativa, a ‘esquerda cultural’ é sentida como pouco mais do que uma elite (‘Esquerda caviar!’) cuja luxuosa posição econômica lhe permite ser mais humana e mundana enquanto reduz outras considerações a questões de somenos. Como tal, a política dos gestos simbólicos não é apenas um símbolo, mas é, de fato, uma força propulsora por trás da desigualdade crescente entre as classes médias baixas e os limites superiores da sociedade. O aprofundamento desse abismo, por sua vez, leva à desilusão daquele primeiro grupo demográfico, que não mais busca avançar socialmente, mas, antes, está focado em manter aqueles pisando em seus calcanhares – ex. migrantes ambiciosos – a uma distância segura.

Enquanto, por um lado, a política de identidade pós-moderna continuamente reduz as pessoas a seus marcadores de diversidade e históricos, ela também coopta a antiga máxima burguesa do Iluminismo de ‘combater o preconceito’, salientando o livre acesso de todos ao mercado no espírito da competição justa. Porém essa política do livre acesso, na verdade, não é nada justa – de fato, ela aumenta a desigualdade, reduzindo ainda mais a competição ao distorcer tendenciosamente

as probabilidades do resultado do jogo contra o trabalho árduo e contra aqueles apresentando deficiências, sejam reais ou aparentes.

Mas mesmo quando as oportunidades atingem o máximo de igualdade, a política da ‘não discriminação’ não consegue oferecer justiça social: como o pensador e ativista do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos Adolph Reed apontou com precisão, esse tipo de abordagem ainda deixaria um por cento das pessoas controlando 90 por cento dos recursos; só o que a salva é que a desigualdade estaria igualmente distribuída entre as pessoas a despeito da cor de sua pele e de sua sexualidade. Se esta sociedade fosse menos tendenciosa ou, ainda, se fosse completamente igual, então seria mais difícil para as pessoas discriminarem porque não haveria situações menos vantajosas em que os grupos discriminados se vissem forçados a entrar.

Tentar abordar questões de identidade e de classe social do ponto de vista da identidade muito raramente soluciona qualquer uma das duas; abordar o problema a partir de classe social, contudo, com frequência soluciona ambas as questões. Em uma sociedade em que a igualdade estivesse à vista, as pessoas ficariam cada vez mais desinteressadas em suas identidades individuais, parariam de olhar para o próprio umbigo e de contemplar o que “*ser*” e começariam a pensar mais sobre o que “*tornar-se*”.

Este texto está baseado em um artigo em obra recentemente lançada e publicada por Johannes Richardt (Hg.): Die sortierte Gesellschaft. Zur Kritik der Identitätspolitik. Novo Argumente Verlag, Frankfurt/Main 2018, 194 páginas.

Este artigo foi publicado pela International Politics and Society (IPS), www.ips-journal.eu, em 24/09/2018.



Autor

Robert Pfaller é filósofo e leciona na Universidade de Linz. Ele ocupou cátedras e foi professor visitante em, entre outros lugares, Amsterdam, Berlin, Chicago, Oslo, Estrasburgo, Toulouse, Viena, Zurique. Pfaller recebeu o “prêmio de melhor livro” da Academia Americana de Psicanálise em 2015 e o prêmio “Missing Link” [em tradução livre, Elo Perdido] do Seminário Psicanalítico de Zurique (PSZ) em 2007. Mais recentemente, seu livro ‘Erwachsenensprache. Über ihr Verschwinden aus Politik und Kultur’ (Adult Language. Its disappearance from politics and culture [em tradução livre, ‘Linguagem adulta. Seu desaparecimento da política e da cultura’]) foi publicado pela editora S. Fischer.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

